

O tapete além da orla¹

Fronteira e território na primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé – José Gonçalves da Fonseca (1749-1752)

The carpet beyond the shore
Border and territory during the first exploitation of Madeira and Guaporé – José Gonçalves da Fonseca (1749-1752)

Keidy Narely Costa Matias*

Resumo: este texto apresenta considerações sobre a ideia de natureza tomando por base os conceitos de fronteira e de território presentes no relato de viagem de José Gonçalves da Fonseca, enviado pela Coroa Portuguesa para documentar os rios Madeira e Guaporé.

Palavras-chave: Rios Madeira e Guaporé, Fronteira, José Gonçalves da Fonseca.

Abstract: This paper brings considerations about the idea of nature based on the concepts of boundaries and territory presents in travel diary of José Gonçalves da Fonseca, sent by the Portuguese Crown to document Madeira and Guapore rivers.

Keywords: Madeira and Guaporé Rivers, Border, José Gonçalves da Fonseca.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir a ideia de natureza no relato de exploração dos rios Madeira e Guaporé, realizado por José Gonçalves da Fonseca, secretário do Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará². Para isso, consideramos os conceitos de *fronteira e território* como centrais. A existência de um território supõe a existência de uma fronteira, dado que para que o território se constitua enquanto tal é preciso que haja uma demarcação do outro, do que não é conhecido, da fronteira.

Como “fronteira”, consideramos muito mais do que uma demarcação física; a fronteira é antes de tudo um delineamento ideológico. Como “ideologia” não consideramos nada próximo da pejorativa ideia de *falsa consciência*, defendida por Napoleão Bonaparte (Cf. Cardoso, 1997, p. 31). “Ideologia” para nós é “um sistema de crenças e ideias características de qualquer classe ou grupo” (CARDOSO, 1997, p. 32). Em outras palavras, ideologia é também uma visão de mundo.

* Mestranda em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN); estudante pesquisadora da Cátedra UNESCO Archaí, da UnB; integrante do Núcleo de Estudo de História Antiga da UFRN (MAAT).

Nossa fonte, na historiografia, ocupa um lugar derivado da secularização do poder, tal como classifica Antônio Porro, que nos diz ainda que os roteiros de exploração da Amazônia se dão em duas fases.

A primeira, que se estende do final do século XVII até meados do XVIII e na qual, como reflexo da preeminência do clero regular na sociedade e na cultura colonial até a reforma pombalina, quase todos os principais autores são religiosos: João Felipe Bettendorff, Bento da Fonseca, José de Moraes, Anselm Eckart, João Daniel e o bispo frei João de São José Queirós, além do jesuíta Samuel Fritz, a serviço das missões espanholas do alto Amazonas.

[...]

[A] segunda fase, sob o Diretório (1755-1798) e por força da secularização do poder, [traz] a maioria dos autores [como] funcionários administrativos, magistrados e militares, categorias que, ao lado de uns poucos clérigos, colonos e exploradores, haviam tido até então pouca expressão intelectual e literária; trata-se, entre outros, de José Gonçalves da Fonseca, José Monteiro de Noronha, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Manuel da Gama Lobo d'Almada, Ricardo Franco de Almeida Serra, João Vasco Manoel de Braum e Teodósio Constantino de Chermont (PORRO, 2006, p. 8).

Porro (2006) nos alerta que uma particularidade acerca de todos os nomes que aparecem mais acima, tanto na primeira fase quanto na segunda, é justamente a preeminência de poucas análises historiográficas desses importantes roteiros. Nesse sentido, informação preciosíssima a qual nos traz Porro (2006, p. 7) é a de que a literatura feita por José Gonçalves, bem como a dos outros nomes citados, “tem sido amiúde negligenciada por um viés negativo em relação a manifestações do saber setecentista tidas pejorativamente como *barrocas* e *pré-científicas*” (itálico no original).

A viagem de José Gonçalves foi pioneira, todavia, não foi o primeiro contato da Coroa com o desconhecido território amazônico, como nos aponta Marco Teixeira (2008, p. 254), ao dizer que “as primeiras tentativas de estabelecimento dos padres jesuítas no [rio] Madeira datam de 1669 e 1672. Em 1683, o padre Jodoco percebeu a riqueza vegetal das terras situadas em suas margens, perto da desembocadura do rio Matuara (originalmente chamado de Iruris)”.

Sob o comando de Luís Fagundes Machado, Antônio Nunes e José Gonçalves da Fonseca exploraram o território fluvial em conjunto. De acordo com André Almeida (2009, p. 221), eles partiram “de Belém em julho de 1749. Após nove meses de viagem, chegaram ao Mato Grosso. O regresso foi mais rápido: tendo partido em setembro de 1750, chegaram a Belém três meses depois”. A partir das instruções dadas aos dois exploradores, é perceptível que a importância de Fonseca na exploração é inequivocamente maior, como nos diz André Almeida.

O regimento dado pelo governador ao cabo tratava essencialmente de questões práticas ligadas à viagem e, principalmente, à segurança da expedição. Ao contrário, as instruções dadas a Fonseca centravam-se na recolha de informações durante a viagem, que devia apontar num diário; no cálculo das coordenadas geográficas; e na elaboração de mapas: “descreverá o mesmo Amazonas em mapas, combinando as alturas, voltas e rios, com as que descrevem o mapa do padre Acunha, e Monsieur de La Condamine, em que seguirá o que achar mais exacto, segundo a conferencia que fizer com o piloto António Nunes, que será obrigado a fazer todas as observações necessarias em cada dia³” (ALMEIDA, 2009, p. 220).

Por mais que o relato de Gonçalves seja fruto de uma secularização do poder, vale dizer que a fonte tem características providencialistas, dado que se estava a serviço do Estado português, José Gonçalves estava também a serviço de Deus. Lembremos que historicamente a religião só se dissociará do Estado com a desestruturação dos regimes absolutistas. Em suma, mais do que conhecer a terra, era preciso que os homens de Deus mensurassem os homens desse novo espaço.

O diário de José Gonçalves foi, sobretudo, uma tentativa de conhecimento de um novo espaço. Dessa forma, era preciso que o explorador transportasse ao Estado as informações conseguidas com a máxima precisão, pois essa era uma condição necessária tanto à posse quanto à exploração da região.

Da contribuição do Estado há ainda a destacar a cartografia produzida neste período, fundamental para um conhecimento exacto do território e que se transformou num dos principais instrumentos para o estabelecimento efectivo de uma administração na região. Muitas das viagens por ele organizadas tinham como uma das principais missões a elaboração de cartas geográficas que permitissem um melhor conhecimento do espaço até onde se pretendia alargar a esfera de actuação do Estado (FERREIRA, s/d, p. 12).

José Gonçalves também produziu cartografias. Ao longo da fonte, parece-nos claro que muitos indígenas o ajudaram na realização de tais demarcações. Em outras palavras, a expedição não contou somente com os recursos humanos e mecânicos enviados por el Rey, tal como aponta Fonseca (s/d, p. 279), “se houver de se dar credito ao que dizem os Indios, há nestes Lagos cobras de tão desmedida grandeza em comprimento e grossura, que depois da balêa não se sabe que no Oceano hajão outros animaes tão avultados, como as taes cobras”.

A fonte se constitui em um diário de exploração de cunho narrativo; Gonçalves aparece como sendo o narrador/documentador das observações testemunhadas, colocando-se como interlocutor privilegiado entre “Sua Magestade⁴” e a natureza:

O gosto desta qualidade de caça he mais insipido do que ordinariamente tem, a que se sustenta de plantas e fructas do mato.
O peixe desde que se entrou nas Cachoeiras he de muito melhor sabor do que aquelle, que se pescava antes de chegar a este districto (FONSECA, s/d, p. 326).

Levando em conta que

[o] diário compõe-se de três partes: a viagem desde o Pará até à boca do rio Madeira, a navegação do Madeira e a travessia das 19 cachoeiras deste rio e a subida do rio Guaporé até Mato Grosso. O diário da navegação é completado pela sua descrição das minas do Mato Grosso e Cuiabá, conhecido pelo título *Noticia da Situação de Mato -Grosso e Cuyaba: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes* (ALMEIDA, 2009, p. 221).

Salientamos que no nosso estudo nos deteremos à primeira parte da fonte, dado que o caminho fluvial percorrido do Pará ao Rio Madeira nos oferece elementos suficientes para que nossa discussão acerca dos conceitos de *fronteira* e *território* seja aventada com base na natureza descritiva e enunciativa de José Gonçalves frente ao novo mundo a ser explorado.

“Fronteira” e “Território” na exploração dos rios Madeira e Guaporé

“O paradigma marítimo havia ocupado o centro do palco por trezentos anos” e a expedição de La Condamine “foi um dos primeiros exemplos de uma nova tendência no que se refere à exploração e à documentação dos interiores continentais” Pratt (1999, p. 53). Relatos como o de José Gonçalves são tentativas de exploração desses novos espaços. O fato é que toda fronteira, seja ela física ou ideológica exige a presença de um território, igualmente físico ou identitário. Consideramos como território “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13).

Todo território tem um ordenamento feito por um sistema de controle, em nosso caso, Gonçalves tenta domá-lo a serviço d’el Rey – que aqui colocamos como um sistema de controle e de ordenamento territorial, seu contrário, a desterritorialidade tanto física quanto ideológica é a própria desordem. Esse ordenamento encontra justificativa em uma dimensão maior quando colocamos que “o processo de formação territorial brasileiro tem, na sua mais remota lembrança, o controle da terra e a expropriação de seu povo como fundamentos” (PESSÔA; SOUZA, 2010, p. 143).

Território ainda é o estabelecimento de um lugar que pode ser experienciado através da sensorialidade, da exploração da terra, da fauna e da flora. Fonseca (s/d, p. 285) relata dado ordenamento através do controle e da punição:

No continente desta mesma elevação está fundada huma Aldea de Indios de pouco numero de gente administrada por Padres Capuchos da Provincia da Piedade, que também doutrinavão hum descimento de Indios, que se achava aggegado á fortaleza para serviço dela, que ha pouco tempo desertarão para o sertão das Trombetas, depois de haverem executado varias enormidades e delictos, por que devião ser punidos.

Ao considerarmos o território como um lugar palpável, é interessante destacar que não há território sem que haja uma fronteira, tampouco, uma fronteira sem um território. Estender o território – físico e/ou ideológico – é reduzir fronteiras. Dessa forma, reescrevendo os dizeres de Michel de Certeau⁵, sugerimos que o território é uma fronteira que fora praticada – e por isso se tornou palpável, ao passo de que um território pode voltar a ser fronteira caso deixe de ser explorado.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 2007, p. 14).

A partir dessa acepção, os rios Madeira e Guaporé se constituíam em território para os índios e em fronteira territorializante para José Gonçalves; a territorialização da fronteira fora realizada a partir do relato que, antes de tudo, era o estabelecimento do conhecimento do outro; conhecer o outro é ter poder e isso ocorre a partir da mensuração do mesmo (Cf. Hartog, 1999⁶).

O conceito de “fronteira”, por sua vez, é antigo para a historiografia; o historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1861 - 1932) lançou em 1893 a obra “The Significance of the Frontier in American History”. Falando dos norte-americanos, ele nos diz que

a fronteira é a linha de mais rápida e eficaz americanização. A terra selvagem domina o colonizador. Ela o recebe como um europeu, no modo de vestir, no modo de trabalhar, nas ferramentas, nos modos de viajar, no modo de pensar. Ela o arranca do vagão de trem e coloca-o na canoa de bétula. Despoja-o de suas vestes da civilização e veste-lhe a camisa e o mocassim de caçador (TURNER 1961, p. 39 *apud* HANNERZI, 1997, p. 20).

A definição de Turner propõe que uma região fronteira é capaz de transformar os agentes que a praticam; em outras palavras, transmutando esse conceito para a nossa fonte, podemos dizer que a interação entre Gonçalves e a natureza se deu através da necessária mimetização presente no relato. O texto não nos permite assegurar que Gonçalves foi transformado pela sua percepção da natureza (e aqui incluímos os indígenas como partícipes da mesma), dado que o explorador passava pouquíssimo tempo em cada território, pois seu

espaço era de fluxo constante. De toda forma, vale destacar que o conceito de Turner possui alguns problemas. Ele

desenvolveu a ideia de fronteira-zona, espaço material e cultural que teria levado os pioneiros da conquista do oeste a adotarem novos costumes, fazendo emergir o individualismo, a iniciativa e o improviso e explicando com isso a democracia norte-americana e a diferença com as sociedades europeias. Mas a grande depressão da década de 30 tornou evidente que isto não era uma Lei e portanto não servia como conceito geral (PORTO, 2011, p. 70).

Gonçalves era o outro, o agente, um homem capaz de interferir na natureza através do relato e da cartografia, dado que seu objetivo era também o de controlar um novo espaço. Não podemos, todavia, partir do ponto de vista de que somente Gonçalves interferiu na natureza dos índios, dado que embora os índios não tenham produzido fontes escritas, parecem-nos até certo ponto claro que indicações de coordenadas por parte dos índios tenham sido algo efetivamente ocorrente. Acreditamos que há uma troca quando mais de um agente presencia o mesmo espaço, dado que o *outro* não é desprovido de referenciais.

Na medida em que Gonçalves enunciava a natureza ele a tornava existente para a Coroa e, nesse sentido, vale lembrar os dizeres de Lenoble (2002, p. 183): “o nome, segundo a noção mais velha que o homem faz dele, e que nos esclarece uma atitude psicológica que pertence a todos os tempos, o nome constitui uma tomada de posse, um domínio adquirido sobre o objecto”. A natureza não existe por ela mesma, ao contrário, o relato/intervenção do homem é o que a eleva à categoria de existente.

Voltando à discussão sobre o conceito de fronteira, em nosso caso, pensamos que ela aparece como um lugar de conflito. Mesmo que esse conflito não se dê pela luta armada. Quando dois objetos distintos habitam o mesmo espaço, a mensuração do diferente é inegável e se dá por meio de uma relação de poder. Em outras palavras, basta que o outro exista – enquanto pessoa ou enquanto lugar – para que o estabelecimento de limites se faça necessário. Em suma, a fronteira é uma *não ocupação* física e/ou ideológica do outro (ou ainda uma busca incessante por uma *ocupação* – e aqui *ocupação* é algo inerentemente móvel, propício de uma circunstância, e que por isso pode deixar de existir a qualquer momento). Em suma, na nossa fonte a “fronteira” assemelha-se com a primeira acepção trazida em destaque na citação abaixo:

As perspectivas sociológicas e culturais vão utilizar duas acepções sobre a fronteira. Uma a vai definir como **a existência de um conjunto de relações entre a sociedade europeia e a indígena e/ou como a área de transição entre o território utilizado e povoado por uma sociedade**, e outra que, em um momento articular do desenvolvimento desta sociedade e desde seu ponto de vista, não foi

ocupado de forma estável, ainda que sim pode haver sido utilizada esporadicamente (PORTO, 2011, p. 71, grifo nosso).

Adélia Souza (1993, p. 11) admoesta-nos que o “espaço/tempo é uma totalidade social”. Tomando essa acepção, resumimos que em nosso trabalho a “fronteira” aparece como algo móvel, deslocável no tempo e no espaço na medida em que é socialmente produzida.

A adjetivação da natureza

A relação de José Gonçalves com a natureza é interessante no sentido de ser ora conflitiva, ora integradora. Não era papel de Gonçalves tecer interpretações apuradas desse novo território, seu método (científico) exigia um regime de verdade que os exploradores de sua época, grosso modo, associavam à descrição.

Como exemplo conflitivo, colocamos o seguinte relato:

Passada a boca deste rio se continuou viagem nos rumos referidos, e pernoitando-se já vencida a maior parte deste caminho, se experimentou na pausa a primeira avançada de inumerável praga de mosquitos, que como chuva miuda cahia sobre os navegantes, que sem embargo de os não molestar tanto como aos Egypcios em tempo de Faraó obstinado, dava contudo bastante exercicio á paciência (FONSECA, s/d, p. 276).

Como exemplo integrador, colocamos o seguinte:

He o mesmo rio abundante de peixe, e as suas margens e Ilhas de toda a sorte de caça, e gosão aquelles habitantes desta fertilidade que a natureza espontaneamente lhes oferece, e poderão adiantar a sua utilidade dos fructos, se cultivassem as terras om cuidado, pois são todas de huma e outra margem de admiravel disposição para todo o genero de lavouras (FONSECA, s/d, p. 271).

O processo mimético aparece na primeira citação quando o explorador compara a praga de mosquitos com a ira de um faraó. O discurso de Fonseca é, contudo, atenuante, dado que ele não se delonga em reproduzir situações ruins da natureza, ao contrário, prefere expor adjetivos que confirmam à natureza seu caráter de “formidável grandeza” (Fonseca, s/d, p. 277).

Na segunda citação, o explorador se restringe a discutir o caráter fértil do território explorado, colocando a natureza como grande provedora de frutos. Nesse sentido, diz-nos que a depender dos cuidados dos habitantes de tais terras para com a natureza, a tendência era de que esse espaço frutífero pudesse ser mais explorado.

Os indígenas aparecem, sobremaneira, como integrados à natureza; talvez seja acertado inferir que os índios eram uma espécie de extensão da natureza, dado que não se portavam como uma *fronteira exposta* nem para a própria flora e, tampouco, para o

explorador. José Gonçalves também se colocava como parte englobante da natureza na medida em que a descrevia como benfeitora, como paisagem agradável com a qual era possível interagir a partir de uma conexão quase que completa.

Nesse sentido, uma tríade se faz uma: José Gonçalves, os índios e a flora/fauna (natureza) são transformados em *um* a partir da ordem discursiva do relato de exploração: Gonçalves é essencialmente um escritor/documentador, um repórter responsável por levar os fatos à Coroa, mas é também alguém que confia nos indígenas e que dá voz aos mesmos à medida que integra seus relatos ao roteiro da exploração. Gonçalves documenta o antes indocumentado, dado que os indígenas não produziram textos escritos acerca deles mesmos.

Outra característica da fonte é a de que José Gonçalves da Fonseca procura transpor o entendimento dessa nova terra explorada aos leitores do seu relato, a saber, os portugueses/administradores da Colônia:

Nestas praias ou corôas de areia se faz a fertilissima colheita das *Tartarugas*, quando estas deixando a sua habitação das agoas sahem a estas praias a desovar em tão immensa quantidade, que chegão a cobrir muita parte daquelas arenosas estancias, nas quaes se estabelecem fatorias não so dos moradores do Pará, mas de todos os habitantes do Amazonas a fazer duas conveniencias, a primeira he a colheita das Tartarugas para sustento, e a segunda he a dos ovos dellas que enterrão na areia, de cuja incrível immensidade **extrahem por beneficio da arte huma manteiga, de que todo aquelle vasto paiz usa para tempero das viandas, da mesma sorte que na Europa se pratica com a manteiga de vacca, ou azeite** (FONSECA, s/d, p. 286, grifo nosso).

Para tornar inteligível a tal “colheita de tartarugas”, o relator fala da produção de uma manteiga semelhante àquela consumida em Portugal. Esse processo mimético, todavia, pode sugerir que Gonçalves não trata o Brasil como mera extensão territorial de Portugal. Nesse sentido, o pensamento de Gonçalves é uma extensão do corpo d’el Rey, mas o Brasil não é uma simples extensão de Portugal, pois não é inteligível sem a presença da mimética.

Para nos utilizamos da expressão de Greenblatt (1996⁷), Gonçalves atua no sentido de “possuir o maravilhoso”, de torná-lo palpável. Sem querer parecermos anacrônicos, talvez faça o mesmo que o fez Heródoto quando procurou mensurar os “bárbaros”. Na medida em que julgou necessário recorrer a um processo mimético, Gonçalves admitiu que rompeu as amarras da *orla*, que estendeu o seu *tapete* (o seu barco, o seu conhecimento) para além dela.

José Gonçalves explorou a terra através da navegação – enquanto os primeiros navegadores portugueses buscaram romper as fronteiras do atlântico, José Gonçalves colocou o rio como microcosmo do mar, todavia, tal como os navegadores do início da modernidade, colocou-se como igual produtor de novas percepções do maravilhoso. Esse contato dinâmico

com a terra através da prática do espaço fluvial pode ser um fator explicativo no tocante ao papel que oferece aos indígenas.

No contato dinâmico com a terra (a natureza, para retomar o discurso evidenciado por Blengino) e com seus “antigos habitantes” (os índios, que entram assim na categoria do homem natural) que o colonizador deu e dá forma às peculiaridades brasileiras (VANGELISTA, 2005, p. 13).

O explorador José através do seu relato oferece a existência narrativa e institucional àqueles que só existiam pela oralidade e pelos relatos dos jesuítas que viviam em missões naquele território amazônico.

Considerações Finais

Ao longo de nosso estudo sobre a ideia de natureza na exploração dos rios Madeira e Guaporé nós procuramos elencar dois conceitos centrais que servem para delimitar tanto aspectos de cunho físico quanto àqueles relativos à dimensão do ideológico, são eles, *fronteira e território*. Utilizamos o relato de exploração de José Gonçalves da Fonseca para o colocarmos como uma alteridade (a fronteira) frente a uma identidade (o território). Nesse sentido, utilizamos o seu relato de cunho descritivo para o colocarmos como empregado da Coroa Portuguesa, mas também como homem consultor do conhecimento indígena – e isso supõe, primeiramente, que Gonçalves os considerou, os índios, como homens providos de conhecimento.

Gonçalves se colocou então como o documentador de um relato oral e através dos seus escritos tanto pôde transformar em palpável aquele caos impalpável quanto também registrar os delineamentos desse novo território amazônico. Em contraponto com os portugueses da época das grandes navegações, Gonçalves navegou pelos rios e não pelos mares. Igualmente acessou um novo mundo, uma fronteira, transformou-a em um ordenamento advindo do seu conhecimento científico na medida em que colocou a “fidelidade” como característica do seu relato descritivo. Gonçalves transformou o caos em cosmos pelo relato, mas também agiu assim quando no âmbito da natureza do seu relato proferiu adjetivações positivas e dotadas de encantamento pelo novo. Sua narrativa está envolta de sensorialidades advindas das mais variadas perspectivas experienciais.

José Gonçalves da Fonseca entrou em contato com o território dos rios Madeira e Guaporé e atuou em duas frentes, uma de cunho institucional, portando-se como a própria extensão do corpo d’el Rey, como os olhos d’el Rey; e outra em que dotou a si próprio de

conhecimento e de sentidos na medida em que nem tudo o que viu foi passível de adentrar no relato tal como existiu. Em outras palavras, por mais que o relato tenha sido dotado das ideias de cientificidade e institucionalidade existentes à época, coisas diversas somente Gonçalves foi capaz de ver e, por mais que tenha procurado mimetizar, somente ele entrou em contato direto com aquele território de “formidável grandeza”. Parece-nos claro que a *visão* e o *cheiro* ultrapassaram os limites da descrição, entrave possível na dimensão de um relato. Este último, por sua vez, um documento imensamente importante no sentido de conferir e resguardar à Coroa Portuguesa os limites do Brasil. Em suma, os olhos de Gonçalves foram a extensão do corpo d’el Rey enquanto que o relato foi a cartografia da institucionalizada coroa.

Referências

- ALMEIDA, A. F de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 215-235. jul.- dez. 2009.
- ARROYO, M; SANTOS, M; SOUZA, M; *et al* (Org.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Narrativa, Sentido, História**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- FERREIRA, M. C. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XV III: notas de uma investigação. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**, s/d. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/mario_celemente_ferreira.pdf >. Acesso em 19 de maio de 2014.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **MANA**, 3(1):7-39, 1997.
- LENOBLE, R. **História da Ideia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Por uma cartografia da conquista: espacializações portuguesas no centro da América do Sul (1718-1752). **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.
- PESSÔA, V. L. S; SOUZA, M. M. O. de. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da Colônia ao Golpe de 1964. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.143-160, jul./dez. de 2010.
- PORRO, A. Introdução. *In*: NORONHA, J. M. **Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província: 1768**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- PORTO, M. E. M. Fronteira: Jesuítas e missões no Rio Grande Colonial. *In*: Erneldo Schallenger (Org.). **Identidade nas fronteiras: território, cultura e história**. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- PRATT, M. L. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.
- SANTOS, Milton (Org.). **Território, Territórios**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TEIXEIRA, M. A. D. O rio e os tempos: reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do Vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. Porto Velho: **Saber Científico**. 1 (2) 223-295, 2009.

VANGELISTA, C. “Sua vocação estaria no caminho”: espaço, território e fronteira. *In*: PESAVENTO, S. J. (Org.). **Um historiador nas fronteiras**: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Notas

¹ Frase que aparece em Mary Louise Pratt (1999, p. 52).

² “Nome significativamente mudado, em 1751, para Grão Pará e Maranhão” (PORRO, 2006, p. 7).

³ A seguir, reproduzimos integralmente a nota de rodapé indicada por André Almeida (2009, p. 220): “Ver, no mesmo Arquivo e seção: Instrução que ha de observar Joze Gonçalvez da Fonseca na expedição que por ordem de Sua Magestade mando fazer pelo Rio da Madeyra até ao arrayal das Minas do Matto Grosso. Não parece possível que tivessem algum mapa do Amazonas feito pelo padre Cristobál de Acuña, cujo paradeiro se desconhece. Trata-se, muito provavelmente, de uma referência ao mapa do Amazonas do padre jesuíta Samuel Fritz, em sua versão impressa de 1707”.

⁴ Optamos por inserir a forma antiga da grafia dessa palavra, tal como utiliza José Gonçalves da Fonseca.

⁵ CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. Substituímos as palavras “fronteira” e “território” por “lugar” e “espaço”, respectivamente.

⁶ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

⁷ GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**. São Paulo: EDUSP, 1996.